O Padre João Ribeiro e o Ceará

Vinicius Barros Leal

A figura do Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro avulta na historiografia nordestina como a de um líder de profundas convicções cívicas, que se sacrificou pelo bem comum, pelos ideais de liberdade, de soberania da Pátria e de nacionalismo.

Fora da vida pública, no papel de guia de um povo ávido por sua independência política, foi ele um homem cordato, simples, prudente e sensato, merecendo de todos os seus contemporâneos as melhores atenções e respeito.

Henry Koster o conheceu bem, e dele afirmou: "Na verdade, nunca encontrei um homem de maneiras mais agradáveis. É geralmente querido de quantos o conhecem, e, sobretudo, as classes mais baixas do povo têm por ele verdadeira adoração. Nossas relações foram longas e contínuas... e nunca lhe ouvi palavra áspera em referência a ninguém. Suas maneiras e o tom de sua voz mostravam sempre que a bondade é nele a grande qualidade predominante."

Tollenare também o conheceu de perto e forneceu melhores subsídios para o estudo da personalidade do Padre João Ribeiro. Nas suas *Notas Dominicais* fez dezoito referências diretas ao revolucionário e classificou-o como "o homem mais interessante que conheci no Brasil". Ressaltou o comerciante francês as magníficas qualidades do professor de desenho e geógrafo, mas não deixou de chamar a atenção para o temperamento daquele homem de extremadas atitudes. O memorialista repete palavras do próprio Padre que bem traduzem as opiniões dele acerca de seus ideais liberais.

A maneira de agir do Padre João Ribeiro na realização de seu plano também foi vista pelo cronista como a de uma

pessoa que acreditava na legitimidade do lema: "todos os meios são bons para se alcançar um fim justificável". Naquele cometimento em que uma elite intelectual encontrava-se comprometida na busca de "uma segunda liberdade pernambucana", valia tudo para eles. O francês sensatamente contestava o comportamento daqueles que, por ele, eram considerados fanáticos.

Mesmo assim, divergindo de opinião, houve um entendimento cordial entre os dois, especialmente porque o Padre era um apaixonado pelo ideário vindo da França, e via no amigo um pouco daquele espírito liberal das novas gerações européias.

Mas, esse homem de tão boa índole, como o testemunharam os amigos estrangeiros, versando nas culturas religiosa e profana, que teve os seus dias de grande popularidade e prestígio, que demonstrou tanta coragem diante do despotismo e da hipocrisia oficiais, abateu-se ao extremo quando viu fracassarem os seus intentos. Não suportou ter de aguardar ainda o seu dia, que fatalmente viria, após os muitos dias dos Reis, pois, os povos que buscam as mais altas aspirações do espírito sempre as alcançam, mais cedo ou mais tarde.

A 21 de maio de 1817, no Engenho Paulista, diante da fuga de seus companheiros, acossados pelas tropas legais, não teve o Padre outra saída, escolhendo a que, na ocasião do desespero, mais lhe pareceu consentânea, a do suicídio. Matou-se junto à Capela do engenho. A sua história interessa muito a nós cearenses, pois são notórias as ligações desse herói com nossa terra.

É certo que quatro de seus irmãos nasceram em Sobral. Os pais moravam ali, em companhia do Padre João Ribeiro Pessoa, vigário local e irmão de D. Genebra Pessoa, esposa de Manoel de Melo Montenegro. É discutível a naturalidade cearense do mártir da Revolução; mas, sabe-se, sem sombra de dúvida, que ele residiu em Sobral e lá estudou em escolas particulares, especialmente nas aulas dos Padres Antonio Tomaz da Serra e Antonio Jácome Bezerra.

Após a morte do vigário passou a família a morar em Pernambuco. Aí deu-se a aproximação com o Padre Arruda Câmara e o seu interesse na educação do menino João. O pupilo do padre cientista brilhou desde cedo, por seu raro talento e habilidade em desenhar os objetos de investigação do professor. E, a tal ponto chegou essa admiração e apreço pelo jovem, que fez Arruda Câmara dar o nome de *Ri-*

beria sorbilis a sapota de Linneu. Além do mais, a sua capacidade intelectual provocou o Mestre, ao ponto de encaminhá-lo a estudos mais profundos. A Literatura e a Política, fora o Desenho, foram as disciplinas que mais encantaram o jovem estudante.

A D. Azeredo Coutinho foi entregue o rapazinho já bem preparado e recomendado, sendo logo colocado como mestre de desenho no novo Seminário de Olinda, que naquele tempo tinha ares de Universidade.

A fama correu célere com o desempenho do professor na cadeira. Uma viagem a Portugal, para aperfeiçoamento em sua arte, concorreu para melhor despertarem as idéias liberais do premiado. Na Europa houve o encontro do jovem brasileiro com o Padre Miguelino e uma forte amizade nasceu entre os dois, reforçada pela identidade de pensamentos. Voltaram ambos a Pernambuco e instalaram no Seminário um centro de maquinações libertárias.

Até aí os movimentos eram mais de natureza intelectual, sem qualquer conotação prática ou de ação positiva.

O idealismo apenas seduzia os pensamentos, mas consciências e vontades iam pouco a pouco se encaminhando para tomadas de outras atitudes.

Domingos José Martins foi o inspirador e principal condutor dos sediciosos, nessa nova fase. Esse homem experiente e dedicado comerciante, de suas freqüentes viagens a Lisboa tinha trazido a Pernambuco o testemunho do despotismo feroz que dominava a capital do Reino. Daí foi só um passo para o seu grande projeto de aliciar a elite pensante para a grande arrancada.

Transportou-se para Londres, conseguiu o apoio de grandes firmas e de sociedades filantrópicas, e, através dos navios dessas empresas passou a ter intercâmbio com os correligionários do Maranhão, Ceará e Pernambuco. O plano inicial era muito abrangente e compreendia a independência de outras colônias sul-americanas. Voltando ao Brasil em 1815, viu Domingos que o Recife era o ponto de maior importância para o trabalho prático e eficiente.

O governo português notou logo o movimento e tomou as suas medidas preventivas, especialmente pelos exemplos das conjurações parciais de Minas, da Bahia em 1798 e Pernambuco, em 1801. Rigor e vigilância foram aumentados. Coube aos conjurados disfarçar, fundando as sociedades secretas. O cirurgião Vicente Ferreira Guimarães Peixoto foi o elemento de ligação entre Domingos e o Padre João Ribeiro.

Este, na sua Academia Paraíso, passou a agir na clandestinidade. Logo mais surgiram impasses, especialmente o assassinato do Brigadeiro Manuel Joaquim de Castro, que foi, de fato, o estopim do movimento armado.

O Padre João Ribeiro teve um papel saliente nesse episódio, assinando, como um dos chefes, todos os documentos relacionados com as medidas adotadas pelos cabeças do levante. Logo depois dos primeiros encontros, foi ele quem, em terceiro lugar, assinou o texto das proposições de capitulação enviadas às forças legais. Foi também ele eleito um dos cinco governadores, representando a classe dos eclesiásticos.

Daí por diante, com a vitória, o Padre João Ribeiro passou a desempenhar um papel muito importante na administração pública pernambucana, nos primeiros dias aparecendo em todos os locais mais públicos, assistindo aos atos solenes comemorativos do grande sucesso.

O Deão e o Vigário-Geral aprestaram-se em publicar uma Pastoral, de larga divulgação, afirmando estarem desobrigados os católicos da lealdade jurada ao governo português, em vista do descumprimento, pela Casa de Bragança, de suas obrigações pactuadas com o povo brasileiro.

O Padre João Ribeiro, como liberal convicto e grande apreciador da causa libertária americana, aprovou o decreto regulando o culto e admitindo o livre exercício de qualquer religião. Por tal liberalidade pagou caro, manifestando-se, por parte de muitos católicos, um grande descontentamento. O decreto foi logo tornado sem efeito.

Poucos dias depois começou a reação organizada das tropas legalistas, desenvolvendo-se diversas refregas de lutas fratricidas, terminando pela capitulação e dissolução do governo rebelde com a retomada do poder e posse de Rodrigo Lobo.

A fuga desorganizada dos conjurados foi o resultado e o conseqüente ressentimento contra os baianos produziu uma grande indignação, mas sem qualquer significação prática. Restou-lhes ainda por alguns dias a esperança de algum movimento na Paraíba, no Ceará e Rio Grande do Norte. Capitulando Domingos Teotônio, ainda houve tempo para o Padre João Ribeiro colocar a sua assinatura no documento que encerrava as proposições de pedido de facilidades para a saída das pessoas que se quisessem retirar e uma anistia geral, com Henry Koster servindo de intermediário, a 18 de maio. A resposta foi absolutamente negativa.

Os três governadores, ainda sonhando possuirem alguma força, ameaçaram destruir o Recife, enforcar alguns prisioneiros que haviam feito, inclusive militares superiores e portugueses.

De nada resultou a ameaça. A fuga para o interior foi o único meio de uma tentativa de salvação. Daí a marcha forçada para o engenho "Paulista", onde a 21 de maio o Padre João Ribeiro morreu, enforcando-se. Evitou assim o que previra, a morte ignominiosa que os outros tiveram. E, ainda mais, arrastados entre insultos e motejos, injuriados pelo populacho, metidos nas enxovias mais aviltantes e entregues às garras da comissão militar que logo sentenciou-os a penas infamantes. Os principais cabeças do movimento foram logo presos e submetidos a julgamento sumário. A sentença ordenava que Domingos Teotônio e seus companheiros subissem ao patíbulo e fossem enforcados, numa tenebrosa solenidade com muitos ritos religiosos, para perpétua lembrança das forçadas testemunhas. De alguns deles arrancaram-lhes as cabeças e as mãos para exposições macabras em diversos locais, os mais públicos.

Ao Padre João Ribeiro estava destinado o mesmo fim, senão ainda pior, se tivesse sido apanhado vivo. Mesmo assim, os perseguidores encontrando o seu corpo já enterrado na própria capela do engenho, por ordem do Marechal Melo, foi exumado, cortada a cabeça e apresentada ao povo do Recife. Tal como acontece com todos os movimentos dessa ordem que fracassam, aquele homem que muitas vezes eletrizou os recifenses, excitando-lhes os ânimos, que devotamente celebrava Missa na Igreja mais central da cidade, aquele que era chamado de "capelão dos patriotas" se apresentava agora, ali, em frente à igreja antiga dos jesuítas, com a sua cabeça desfigurada, espetada em um poste de madeira tosca. Profanado assim o corpo de um herói tão recente, restou-lhe para sobreviver a tão triste fim a lembrança de sua inteligência e a fama de seu espírito idealista.

No desempenho da função de membro do governo revolucionário, mesmo designado para representante do que diz'a respeito ao religioso na nova República, não se ateve o Padre João Ribeiro apenas à administração eclesiástica, muito contrário, com vasta cultura e discernimento, atingia a sua ação até mesmo o campo estritamente político. Percebe-se isto na carta que o Padre dirigiu aos responsáveis pelo governo da Paraíba, os Padres Antonio Pereira e Inácio Leopoldo, no dia 30 de março de 1817. Nesse documento, muito

denunciador da capacidade de governo do Padre João Ribeiro, apresenta ele profundos conhecimentos da arte de dirigir e de administrar. Falando como um dos do governo, critica, adverte, censura, aconselha e ameaça os que não cumpriram bem a difícil gerência da coisa pública na capitania vizinha, na ocasião, não mais uma parcela autônoma do imenso Brasil, mas uma porção da nova República, sem a faculdade de ditar leis próprias, pois isto cabia agora ao Recife, como sede do governo.

Aos dois representantes do poder revolucionário diz o Padre João Ribeiro as verdades que eles, talvez, não quisessem escutar. Isto, especialmente, por terem legislado acerca de muitos assuntos que não lhes eram pertinentes, naquela conjuntura. Diz o líder da Revolução: "que precipitação tem sido a vossa em promulgar tantos decretos. Ao menos nos consultásseis?" E critica uma a uma as determinações apressadas tomadas na Paraíba, aprovando algumas e reprovando a maioria.

Pelas medidas aconselhadas para se corrigirem os erros praticados, vê-se o quanto de sabedoria e prática das coisas estava cheia a inteligência do Padre. Em primeiro lugar, dando uma lição de administração pública, disserta sobre as atribuições de cada um dos membros do governo, explicitando as qualidades individuais dos cinco. Depois disso, em caráter de repreensão, diz: "esse governo (da Paraíba) melhor faria copiando-nos do que inventando precipitadamente, em risco de errar". E se segue a longa lista de itens, especificando um a um os desvios de interpretação nos quais caíram os responsáveis pela administração pública daquela capitania. Foram dezoito os decretos criticados e analisados em seus efeitos bons e ruins.

Numa demonstração de acertada visão, considerou justo o decreto abolindo a Ouvidoria, mas condenou a extinção da Câmara. Sobre esta última medida, disse: "Não podeis ser governo sem que, espontaneamente e declaradamente por tal vos reconheçam ou a maioria do povo, por si própria ou pelo órgão das Câmaras". "Esta Lei deve já e já revogar-se... E, mais, "se vós não tivésseis feito isto por ignorância, deveríeis ser apunhalados pelo povo da Paraíba no dia em que promulgastes tão horrível Lei."

Achou o Padre João Ribeiro justa a lei que mandou recolher as patentes conferidas pelo governo recém-derrotado, mas não encontrou justificativas para as que baixavam os impostos de exportação, achando temeroso, economicamente,

privar-se a Paraíba desse numerário tão importante no momento. Um "bravo e bravíssimo" deu o Padre pela abolição das insígnias reais. Condenou os decretos que implicavam no maior crescimento da cidade capital, por ser ela marítima. "Devemos edificar uma cidade central para capital" disse o Padre em sua carta, e, mais adiante, propôs como condição essencial, que esta nova capital ficasse a "trinta ou quarenta léguas do mar" e aí se instalasse o Congresso, o governo administrativo e que fosse um lugar fértil, sadio e de boas águas.

Por estas e outras medidas aconselhadas nota-se o extraordinário espírito público do Padre João Ribeiro e o imenso cabedal de discernimento e inteligência que possuía e colocara a serviço da Revolução. Era homem de conhecimentos humanísticos, de profunda convicção liberal bebida nas leituras e vivência prática e convívio com outros povos. Admirava ele a nova nação americana e, sobretudo, a figura de George Washington, o grande líder fundador e primeiro presidente da República dos Estados Unidos. Chegou a sua consideração a tal ponto, em relação ao país do Norte, que, fugindo aos nossos padrões culturais, pôs o nome de Filadélfia à sua filha nascida em 1810, em homenagem à Capital da Pensilvânia, palco da declaração da independência americana.

Sobre esta e o outro filho, Hermano, é que vamos nos fixar um pouco, na certeza de abordarmos, pela primeira vez, este aspecto da vida do grande revolucionário.

A primeira notícia oficial acerca dessas duas pessoas ocorreu num documento emanado da Sociedade Patriótica Harmonizadora, com sede em Recife, que se propunha "assistir aos filhos menores necessitados dos beneméritos pernambucanos que a tirania sacrificou". A proposta naquela sociedade, de autoria do consócio Antonio Joaquim de Melo, tem a data de 14 de agosto de 1831. Nessa data os dois filhos de João Ribeiro, o rapaz com 26 anos e a moça com vinte e um, viviam separados, Hermano em Pernambuco, segundo sargento da segunda Companhia do 13º Batalhão, e Filadélfia, no Ceará, na companhia de seu tio, o Padre Francisco Urbano Pessoa Montenegro, vigário de Uruburetama. Aos dois a Comissão determinou auxílios, especialmente a Hermano, que vivia "honrado e pobre". A este, "para ajudar na sua sustentação", deram uma ajuda de oito mil réis.

A vida deste rapaz, militar de profissão, foi muito acidentada, pois, os tempos exigiam uma constante mobilização, em vista dos atritos e escaramuças entre as tropas do governo

e grupos de nacionalistas exaltados e inconformados. Sob o comando de oficiais ciosos de seus deveres, Hermano, de espírito exaltado e ele próprio um patriota da estirpe de seu pai, logo aderiu aos que procuravam, de qualquer maneira, livrar-se da opressão. Participou da Praieira e nela morreu, no posto de Alferes, na batalha travada no engenho Cruangi-Novo, numa luta que durou toda a noite do dia 20 de dezembro de 1848. Com ele, doze outros correligionários perderam as suas vidas e duzentos e cinqüenta saíram feridos. O adversário, o Brigadeiro José Joaquim Coelho, que teve passagem tumultuada no governo do Ceará, saiu gravemente ferido e reconheceu a vitória das forças liberais.

Não fora a morte deses doze patriotas, a comemoração desse sucesso mais teria enchido os corações dos pernambucanos de maiores consolações, pois, reconheciam eles estarem lutando na "segunda guerra da libertação". O grosso da população, pobre, mas descendente dos heróis dos embates contra os holandeses, sentia-lhes ferver no sangue as velhas fidalguias e passadas ilustrações adquiridas nos campos de Guararapes.

Por esses princípios deu a vida Hermano, como já dera o seu pai e inúmeros parentes. No Ceará morava Filadélfia em 1834, quase três anos após aquela referência que Pereira da Costa registra, e já era falecido o Padre Francisco Urbano. A Sociedade União e Beneficência de Fortaleza, filiada ao Grande Oriente Maçônico, resolveu amparar a moça. Ia ela casar-se no dia 4 de novembro daquele ano. A loja fora criada pelo Presidente José Martiniano de Alencar e dela faziam parte quase todos os Padres da Capital. Funcionava na Rua da Boa Vista, em um sobrado pertencente ao Cel. Manuel Caetano Gouveia, prédio este que foi demolido e, em 1889, data do artigo publicado na Revista do Instituto e fonte da informação, se localizava a loja de modas "Notre Dame". O jornal *Cearense Jacaúna*, a 2 de julho de 1834 publicou a seguinte notícia: "O dia 24 de junho é festival para a mor parte dos habitantes do velho e novo mundo e para a Maçonaria é um dos mais faustosos nos seus anais, que o soleniza com atos de regozijo ou de beneficência. A Sociedade União e Beneficência, querendo solenizar este dia por um modo mais duradouro, que resultasse em benefício de alguma pessoa digna dele, resolveu fazê-lo por um ato de beneficência, promovendo entre os sócios, que se reuniram, uma subscrição voluntária que produziu noventa mil réis a favor da filha do Precursor da Liberdade de sua Pátria

e Mártir dela, o Padre João Ribeiro Pessoa, de saudosa memória, um dos primeiros brasileiros cultores da árvore da liberdade no solo brasileiro e que com o seu sangue a regaram, ficando a subscrição aberta para os ausentes que voluntariamente quiserem aumentá-la. As virtudes dessa senhora que vive na vila de Uruburetama, em companhia da família de seu finado tio, o Padre Francisco Urbano, faz em honra às cinzas do seu digno progenitor; por isso a Sociedade União e Beneficência tem em vista minorar a dureza da sua sorte, procurando-lhe um acerto digno dela, dotando-a adequadamente pelos fundos da nossa Sociedade". *(RIC* 1899, 201).

De fato, a 4 de novembro de 1834, em Uruburetama, casou-se Filadélfia, com o baturiteense José Fideles Moreira Lima, filho de Antonio Moreira Barros e Josefa de Abreu e Lima. No registro do casamento a noiva é dada como nascida no Rio Grande do Norte e filha natural de Leocádia Cândida Torres. Já noutro local, precisando melhor o lugar de seu nascimento, o Açu, a sua mãe figura com o nome de Teresa Joaquina Ribeiro. Os Moreira Barros e Abreu e Lima são, no maciço de Baturité as famílias das mais antigas. Ligam-se a muitas outras, especialmente aos descendentes de André Vidal de Negreiros.

Deste casal, nasceram em Baturité os seguintes filhos: José, a 1º de abril de 1838; Hermano, a 12 de abril de 1841; João, em setembro de 1842; Tito, a 8 de dezembro de 1843; Francisco Urbano e Maria Hermelinda, que casou com Antonio Joaquim de Melo e foram os pais de José Artur Montenegro, nascido a 29 de fevereiro de 1864 e falecido a 3 de abril de 1901.